

INSS: entidade envia mensagem ao STF cobrando cronograma de pagamento da 'revisão da vida toda'

Previdência Social voltou a pedir a suspensão de julgamentos nesta segunda-feira

Por Julia Noia — Rio de Janeiro

Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) entrou com manifestação no STF pedindo que INSS envie cronograma para o cumprimento de revisão da vida toda Pablo Jacob/Agência O Globo

O Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) entrou com manifestação no Supremo Tribunal Federal (STF) depois de o Instituto Nacional de Serviço Social (INSS) descumprir o prazo de dez dias para enviar cronograma para cumprir o pagamento da revisão da vida toda. A decisão, tomada pelo ministro Alexandre de Moraes em dezembro de 2022, previa que o órgão estabelecesse um plano de quitação.

Nesta segunda-feira (dia 27), o INSS voltou a pedir que o STF suspenda todos os julgamentos que envolvam o procedimento até que o julgamento sobre o tema seja concluído. A "revisão da vida toda" permite que todas as contribuições previdenciárias feitas ao INSS por trabalhadores antes de julho de 1994 poderiam ser considerados no cálculo da aposentadoria, o que poderia aumentar as despesas do órgão com a folha.

Em fevereiro, o instituto afirmou que tem "total disposição" de cumprir a decisão, mas ainda assim pediu a suspensão de processos com a alegação de que ainda cabia recurso. Moraes, porém, ressaltou que só avaliaria pedidos de suspensão depois que o órgão apresentasse o cronograma.

O documento, protocolado nesta terça-feira (dia 28), pondera que o INSS tem todos os sistemas disponíveis para o cumprimento da decisão, já que nunca houve decisão de suspensão nacional dos processos no STF. Segundo o advogado previdenciário João Badari, autor da mensagem, o sistema e-Pcalc, utilizado pelo órgão, é "plenamente hábil e completo" para a realização dos cálculos.

— O INSS está fazendo terrorismo do que não existe, do que já foi amplamente debatido no processo e que ele já cumpre. Ele já tem estrutura para cumprir, mas fazem isso para ganhar tempo — aponta.

Badari argumenta que, com o pedido, o INSS tenta violar "os princípios da celeridade na tramitação de processos, da isonomia de tratamento às partes processuais e da segurança jurídica".

"O pedido de suspensão e prazo tem como única finalidade retardar a prestação jurisdicional para pessoas com baixa expectativa de vida face à idade e situação financeira complexa. Neste processo temos pessoas com idade avançada, muitas doentes, e como bem trouxe V. Exa., que aguardam por anos o desfecho desta causa. A espera por este processo lhes fere a dignidade e cidadania", pondera.

Procurado, o INSS ainda não respondeu ao pedido da reportagem. O STF informou que novidades sobre o andamento do processo constam no portal da Corte.

Inconsistências em dados

No texto, Badari afirma ainda que há inconsistências nas informações divulgadas pelo órgão. No caso de quem resposta a pedidos de benefício, o INSS teria afirmado em petição que 5 milhões de pessoas se encontravam nessa situação, enquanto informou ao STF que eram 1,75 milhão.

Outra questão levantada pelo advogado na mensagem foi o universo de pessoas que seriam contempladas pela medida — enquanto o INSS alegou serem 50 milhões, Badari argumenta que o número de benefícios pagos pelo instituto não supera 36 milhões, incluindo benefícios de prestação continuada com mais de 10 anos.

<https://extra.globo.com/economia/noticia/2023/03/inss-instituto-envia-mensagem-ao-stf-cobrando-cronograma-de-pagamento-da-revisao-da-vida-toda.ghtml>

Veículo: Online -> Site -> Site Extra - Rio de Janeiro/RJ